



# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



DE: Secretaria Legislativa

PARA: Presidência

**ASSUNTO: PARECER PRÉVIO REQUERIMENTO 01/2020**

Em respeito ao art. 3º da Instrução Normativa 06/2019 segue ao Sr. Presidente parecer prévio para recebimento da matéria.

## 1 – BASE JURÍDICA APLICADA PARA ANÁLISE PRÉVIA:

Requerimento é definido como proposição pelo art. 148, letra “m” da Resolução 02/2012. No caso de **requerimento escrito levado ao Plenário para deliberação** está na seção IV do capítulo V que expõe sobre o assunto. O **art. 189** define quais os tipos de requerimentos que dependem de aprovação do Plenário. O **art. 193** determina a recusa do requerimento que constitui matéria de indicação.

O **art. 190** define regras no caso de convocação de secretários municipais; o **art. 191** trata do requerimento verbal de adiamento de discussão e votação, e o **art. 192** quando o requerimento pedir informações de outros entes federativos e/ou de pesar por falecimento.

Por tanto, **para analisar se um requerimento escrito enviado ao plenário** é regimental ou não, como determina o inciso III do art. 150 do Regimento Interno, **é necessário analisar o art. 189**. Quando tratar de convocação de secretário aplica-se o art. 190.

O art. 191, apesar de estar dentro de uma seção que trata de requerimentos escritos, não é utilizado para análise deste tipo de requerimento, pois ele, o art. 191 faz menção ao requerimento feito verbalmente.

Na análise prévia, aplica-se também o **inciso V do art. 150 da Resolução 02/2012**, pois caso seja matéria já rejeitada na mesma sessão legislativa e não subscrita pela maioria absoluta da Câmara, a proposta de requerimento deve ser declarada antirregimental.

Também se aplica o **inciso VII do art. 150 da Resolução 02/2012**, pois não pode estar no texto do requerimento matéria que seja destinada para indicação.

Por último, aplica também o **parágrafo único do art. 148** que exige redação com clareza, em termos explícitos e concisos e não poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa.

## 2 – ANÁLISE DAS EXIGÊNCIAS





# Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



2.1 – O vereador Jozué Dântas de Souza (Ceará Mascate) requer informações sobre a indicação nº 371/2019 que indicou a reconstituição do asfalto da Rua São Mateus no Parque Residencial São Clemente.

Alega o autor que é de fundamental importância a execução do serviço indicado e para tanto precisa saber oficialmente por parte do Poder Executivo se o serviço indicado foi realizado e no caso negativo, quanto será realizada a obra.

O assunto do requerimento é claramente determinado e de competência da administração pública municipal, o que **atende o disposto do inciso VII do art. 189**. Os demais artigos (190, 191 e 192) que se encontram na seção IV do capítulo V não se aplica.

2.2 – Em pesquisa ao SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo constatou não haver requerimento rejeitado com a mesma matéria, sendo dispensado as exigências **do inciso V do art. 150 da Resolução 02/2012**;

2.3 – Em relação **ao inciso VII da Resolução 02/2012**, a matéria apresentada pelo parlamentar não é sugestiva, muito pelo contrário, trata de matéria indagativa que visa obter informações sobre uma atividade já indicada e que ainda não foi realizada pela administração pública municipal, restringindo-se tão somente obter informações.

2.4 – Em relação as exigências do parágrafo único do art. 148, o texto da proposição em análise é claro, explícito e conciso. A matéria explicita o objeto contido na ementa e essa por sua vez se apresenta de forma objetiva.

2.5 – A proposição se encontra devidamente assinada pelo autor. Na estrutura do texto há a epígrafe (escrita não atende exigências da norma de formatação mas não é motivo para não recebimento, pois é sanável), a ementa, o texto com conteúdo substantivo relacionado ao objeto da proposição.

2.6 – Em relação ao **art. 201 do Regimento Interno**, a matéria está devidamente formalizada nos termos que a proposição exige conforme parágrafo único do art. 148 e a matéria é de competência da Câmara Municipal. Não se aplica a análise de inconstitucionalidade e a proposição se enquadra nos termos regimentais.

### 3 – CONCLUSÃO DA ANÁLISE

**Opino ao Presidente pelo recebimento da proposição** por atender todas as exigências contidas nos incisos III, V e VII do art. 150 da Resolução 02/2012, concomitante com o artigo 201 da mesma ordem jurídica.

Monte Mor, 31 de janeiro de 2020.

  
**MÁRCIO RAMOS**  
(Secretário Legislativo)